

Resenhas

Sobre Ética e Economia

Amartya Sen

São Paulo, Cia. das Letras, 1999

São raros os trabalhos em economia — e economistas — que conseguem, com rigor e criatividade, abordar problemas fundamentais que dizem respeito à própria estrutura e formação da ciência econômica. Este é o caso, sem dúvida alguma, de *Ética e Economia* (Cia. das Letras, 1999) de Amartya Sen, livro recentemente publicado no Brasil, infelizmente com mais de uma década de atraso.

Tanto em sua obra mais recente, um livro de divulgação (*Desenvolvimento como Liberdade*, Cia. das Letras, 2000), como em seus artigos de economia matemática e nos seus seminários, que dispensam citação, *Equality for What?* e *Rational Fools*, Sen demonstra ser, não à toa, um Prêmio Nobel de Economia dos mais criativos de sua geração.

Ler Sen, e isto se aplica ao livro em questão, é relembrar a todo instante que realmente tudo de relevante em economia está em Adam Smith: mas não somente no Smith da *Riqueza das Nações*, mas principalmente no Smith de *A Teoria dos Sentimentos Morais*.

Ética e Economia é, de fato, uma coletânea de três *lectures* fabulosas, que mostram, ao mesmo tempo, como os economistas devem voltar para a origem da profissão — a filosofia moral — e como os filósofos morais devem, em alguns casos, remeterem-se à economia, para compreender melhor como as restrições econômicas limitam nossos julgamentos normativos.

No primeiro capítulo, Sen literalmente volta a Adam Smith e mostra como, na verdade, a economia está fundada na filosofia moral ou na busca de soluções a problemas que envolvem es-

colhas morais. Analisando o papel do auto-interesse e relativizando as análises geralmente vulgares que são feitas a respeito do papel desse conceito da análise econômica, Sen mostra como nenhum economista reputado considera que o egoísmo em si seja uma virtude, ou que o comportamento humano *deve* ser egoístico. Usando uma visão smithiana, Sen separa os conceitos de racionalidade, auto-interesse, egoísmo e altruísmo de forma elegante. Sua análise é devastadora para aqueles que, à esquerda e à direita, diletantemente associam nossa ciência ao estudo dos vícios privados e, ao que é pior, ao elogio de tais vícios. O ponto principal aqui, no meu entender, é a separação lúcida e bem vinda entre assertivas de natureza moral e ideológica de uma estrutura lógica de escolha, definida pela chamada — e injustamente mal usada e difamada — teoria da escolha racional. O desentendimento a respeito do que seja tal teoria, fundamento da análise microeconômica e, portanto, da economia enquanto ciência, induz os críticos que a ignoram e alguns advogados da mesma a confundirem-na com teoria moral ou o que é pior, como uma visão de como o mundo deve ser constituído.

Racionalidade é um ponto de partida constitutivo de uma teoria que não se coloque como trivial ou, se desejarem, que respeite o princípio aristotélico do terceiro excluído. A partir daí, tudo vale ou *de gustibus non est disputandum*. Por essa razão, há a distinção entre egoísmo moral e auto-interesse e individualismo metodológico, conceitos estes usados muitas vezes de forma irresponsável, repito sempre, pelos supostos críticos e por alguns (indefeizáveis) defensores da teoria da escolha racional.

Tal qual o observador desinteressado de Smith, Sen relata-nos, observando agora o progresso da ciência econômica, que a despeito da evolução da teoria positiva (e de seus aparatos, como a teoria da escolha), das ferramentas técnicas da ciência, há agora a necessidade de se voltar às origens, mas com outro olhar, qual seja: o desenvolvimento da teoria permite agora reflexões mais criteriosas, menos intuitivas e especulativas, a respeito dos limites entre o mercado e o mundo das escolhas morais.

Sen consegue mostrar ao leitor a importância dessa singela separação entre julgamentos positivos e normativos, algo que deveria ser trivial, mas que tanto para o defensor transformado em míope pela ideologia, como para o crítico, cego por opção (muitas vezes racional e auto-interessada!), é incompreensível.

Por sinal, lembra-nos o autor, a teoria positiva, a engenharia econômica, a economia do *bread and butter problems* pode ser usada para justificar qualquer escolha coletiva, sobre qualquer forma de organização social; ela pode e deve fundamentar nossas escolhas morais.

Mas talvez o ponto mais importante sustentado neste ensaio é a defesa de um Smith que é pouco conhecido para o público em geral — e infelizmente entre muitos colegas de profissão — qual seja, o filósofo moral escocês, quase um estóico, preocupado com valores como humanidade, justiça, generosidade, prudência e espírito público. A grande questão que vem à cabeça do leitor, e esta é mais do que contemporânea, é quais devem ser os espaços da vida social reservados para o auto-interesse *stricto sensu* e os espaços para o exercício das outras esferas da vida. E esta questão, é claro, sempre estará em aberto.

No segundo capítulo, um tanto desatualizado, Sen aborda o problema dos limites da teoria do bem-estar. Como sabemos, o estudo dos mercados eficientes é muito mais sólido e rigoroso — e apresenta menos inconsistências — que a teoria do bem-estar. Discute-se a noção de eficiência paretiana e seus limites para depois, utilizando-se os dois teoremas do bem-estar, apresentar as brechas que aparecem dentro da teoria econômica para discussões de natureza normativa, mormente sobre princípios de justiça. Sen defende uma visão consequencialista, e não deontológica, na análise do bem-estar e da justiça e tal análise será impor-

tante para a construção de seu argumento no capítulo três do livro.

No capítulo final, o autor introduz um problema que teria, anos mais tarde, destaque especial em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, qual seja: mesmo se não considerarmos a liberdade como um valor em si, ela tem um papel instrumental no sentido de garantir condições mais ideais para o desenvolvimento econômico e social. As liberdades instrumentais podem evitar fomes coletivas, podem, por exemplo, implicando emancipação das mulheres, colocar as condições ideais para um controle autônomo e livre da reprodução e uma melhoria do nível educacional das crianças.

Por fim, mas nunca por último, Sen mostra qual a importância da relação entre ética e economia, mas não da perspectiva da economia em si, mas da ética. Qual seja: pensadores e estudiosos interessados em ética devem levar em consideração alguns elementos de teoria econômica positiva que podem ser imprescindíveis quando do debate sobre dilemas ou escolhas morais.

Esse ponto é fundamental e representaria uma das maiores contribuições para o debate brasileiro, ainda incipiente, sobre o papel do economista e da sua ciência para a sociedade, para as escolhas públicas e, até mesmo, para a implementação de políticas públicas. Infelizmente, devido a vários fatores, os economistas brasileiros ocuparam o espaço que era dos advogados e jornalistas, por exemplo, no Segundo Império e na Primeira República, qual seja, de demiurgos, engenheiros sociais. Em primeiro lugar, passou-se a confundir, no Brasil, economista com Ministro de Estado da Fazenda, do Planejamento etc., ou com macroeconomista, como se a única função do economista fosse corrigir as falhas engendradas por um sistema político e por um conjunto de instituições ineficientes.

A principal lição que podemos retirar da leitura desses três ensaios de Sen é que trabalho do economista não se limita à “engenharia” social, mas, mais que isso, o economista pode e deve oferecer à sociedade alternativas não somente no que se refere a políticas econômicas e à alocação de recursos escassos, mas opções de organização social e institucional.

Marcos Fernandes Gonçalves da Silva
Professor de Economia da EAESP/FGV-SP

Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza

Rodolfo Hoffmann

São Paulo, EDUSP, 1998

Este livro tem uma finalidade didática que aborda assunto de extrema relevância para os economistas brasileiros. Ele trata, de forma organizada, de tema que atrai a atenção de uma proporção substancial de economistas do país, dados os problemas sociais e, particularmente, de distribuição de renda que o Brasil enfrenta.

Os tópicos cobertos são adequadamente selecionados e consistem numa apresentação concisa e bem feita dos indicadores que são mais comumente encontrados na literatura sobre desigualdade e pobreza no Brasil. Obviamente isso decorre não só da grande capacidade de organizar idéias do autor, mas também de sua grande inserção nas discussões sobre o tema no Brasil, sendo um dos expoentes nacionais na área.

O autor inicia com uma apresentação de tópicos de estatística essenciais para a compreensão do resto do material do livro e passa, logo a partir do segundo capítulo, a apresentar temas como Curva de Lorenz, Índice de Gini, os Índices de Theil e Atkinson, entre outros índices que são menos utilizados, mas que também são mencionados na literatura sobre o assunto.

O livro dirige-se principalmente a estudantes de pós-graduação ou de graduação avançados, que têm interesse em análise quantitativa de desigualdade. Entretanto, ele será uma boa referência para todos os estudiosos que eventualmente possam cruzar com a preocupação acerca de desigualdade de renda, propriedade fundiária, ou qualquer outra que seja. Todas as vezes em que o pesquisador precisar do conceito e forma de cálculo de qualquer dos índices comumente encontrados, este livro será uma excelente fonte de recursos para esclarecer ou lembrar conceitos.

Para aqueles que buscam apenas refrescar alguns conceitos, contudo, o livro apresenta apenas uma dificuldade, decorrente da lógica brasileira de apresentação de raciocínios. Inicia-se pelo raciocínio de suporte à idéia para, posteriormente, apresentar a sua conclusão. Isso faz com que se perca algum tempo acompanhando o raciocínio para, finalmente, se encontrar a fórmula final ou o conceito que se procura. Alguns instrumentos visuais de ênfase nos pontos importantes, tais como negritos e itálicos foram incluídos, mas não foram suficientes para eliminar totalmente o problema da ordem de apresentação. Nesse mesmo sentido, algumas vezes, os conceitos mais importantes são

apresentados em forma cifrada a partir de parâmetros e variáveis, cuja rápida identificação dos seus significados no livro não é imediata. Isso dificulta um pouco o trabalho dos estudiosos que vão utilizar este livro apenas como referência para lembrar conceitos.

Um outro ponto forte do livro é a preocupação de sempre discutir os limites dos índices e demais estatísticas. Essa noção faz com que o mesmo se torne altamente valioso para os estudantes, pois muitas das apresentações desse material encontradas na literatura concentram pouco esforço nessa crítica, principalmente aquelas iniciais dos seus criadores, que muitas vezes são utilizadas didaticamente.

Além de se preocupar com a apresentação dos tópicos, o autor se utiliza de exemplos numéricos, geralmente com dados gerados hipoteticamente. Esse método de apresentação tem grande vantagem de simplificação dos cálculos e permite ao leitor calcular ele mesmo o que foi feito e comparar com os resultados obtidos pelo autor.

A esse método de apresentação, contudo, o que falta é uma noção de dimensões dos índices e coeficientes calculados. Também a inclusão de estatísticas calculadas com dados reais para o Brasil poderia ter enriquecido a apresentação e atraído o interesse de vários estudiosos que gostariam de ver uma única fonte que trouxesse vários desses índices para o Brasil e suas regiões, por exemplo. Quem estiver buscando uma fonte de referências para a ordem de magnitudes dos índices reais ou informações sobre essas estatísticas no Brasil, não se beneficiará deste manual didático brasileiro. Fugindo à nova tendência dos manuais didáticos em Economia, optou-se, neste livro, por não se preocupar em apresentar informações sobre a realidade na qual seus leitores encontram-se emersos.

Há, no Brasil, um número grande de pesquisadores que gostam de estudar desigualdade de renda e pobreza, mas que têm pouca formação matemática. Os sinais dos novos tempos fazem com que eles, muitas vezes, sejam obrigados a utilizar dados e cálculos de índices nas suas análises. Entretanto, eles estimam tais índices sem se preocupar, ou mesmo compreender os mecanismos matemáticos que estão por trás deles. O que eles buscam entender nesses índices é a noção conceitual do seu significado e as suas fórmulas de cálculo. Este livro poderá auxiliá-los na satisfação da segunda demanda, que diz respeito aos procedimen-

tos necessários para o cálculo dos índices. A compreensão da noção conceitual dos índices por esses pesquisadores não evoluirá muito a partir de seus estudos através deste livro. Falta uma visão intuitiva da lógica que está por trás de cada um desses índices. Não há uma discussão mais detalhada da motivação conceitual que levou à criação de cada um deles. Como consequência, Rodolfo Hoffmann optou por perder parte desses leitores e restringir seu público-alvo principal àqueles que estão realmente interessados em aprender ou relembrar a lógica definição matemática dos diversos índices. Concluindo, devo dizer que o livro de R.

Hoffmann representa uma grande contribuição para a literatura sobre distribuição de renda, desigualdade e pobreza no Brasil. Seguramente ele passará a ser referência obrigatória a partir de agora para os estudiosos do assunto no Brasil. Ele facilitará bastante a didática sobre o assunto no país, além de servir aos pesquisadores e estudiosos como uma referência bem consolidada e organizada.

Alexandre Rands Barros
Departamento de Economia, Universidade
Federal de Pernambuco

Mercado Financeiro e de Capitais

Armando Mellagi Filho e Sérgio Ishikawa
São Paulo, Editora Atlas, 2000

Felizmente, os poucos dedicados economistas voltados ao ensino e à pesquisa estão produzindo boa literatura sobre a estrutura operacional dos mercados financeiros e de capitais no Brasil. Esse esforço cobre uma grande lacuna existente, pois, em geral, para lecionar sobre o tema, tem-se de recorrer aos livros estrangeiros e ensinar aos alunos brasileiros o funcionamento das instituições internacionais. Para qualquer interessado em conhecer os fundamentos sobre os mercados financeiro e de capitais brasileiros, o livro-texto dos professores Mellagi e Ishikawa é uma boa referência. Escrito de forma objetiva e concisa, esse livro-texto está dividido em três partes: 1ª, breve introdução básica sobre economia monetária; 2ª, o sistema e o mercado financeiro brasileiro; e 3ª, o mercado de derivativos.

A essência da contribuição do maior economista do século XX, John Maynard Keynes, pertinente à moeda refere-se à demanda de moeda e suas implicações para com a demanda efetiva; foram, no entanto, seus seguidores que sintetizaram suas idéias no modelo IS-LM, o qual relaciona os mercados de bens e serviços com o monetário, determinando a renda e a taxa de juros para um equilíbrio macroeconômico. Dentro desse arcabouço teórico keynesiano, os autores fazem uma síntese dos fundamentos dos mercados financeiros e a importância da moeda na economia. Esses aspectos estão apresentados nos três primeiros capítulos, enfatizando como se dá o equilíbrio macroeconômico na determinação da renda e da taxa de juros. A introdução macroeconômica, essencial para os objetivos do livro, termina no quarto capítulo com uma concisa apresentação do balanço de pagamen-

tos e das diversas políticas cambiais, com um resumo sobre a recente política cambial brasileira.

A principal contribuição dos autores reside nos temas abordados nos capítulos 5 a 9, nos quais os autores mostram, de forma didática e simples, a estrutura do mercado financeiro nacional, os principais produtos, as características dos principais títulos do sistema financeiro nacional — CDB, NTN, LTN, BBC, Letras de Câmbio, Ações, Debêntures e muitos outros —, a funcionalidade desses mercados, algumas práticas operacionais, bem como os métodos de avaliação do risco da atividade bancária. O livro consegue combinar aspectos específicos dos produtos bancários com os métodos de avaliação financeira de diferentes instrumentos financeiros públicos e privados. Como não poderia faltar, no último capítulo da segunda parte, são mostrados os modelos básicos de avaliação de risco da atividade bancária, exigindo do leitor conhecimento sobre matemática financeira, mas sem exageros. O passo seguinte, com base nesse capítulo, é compreender os principais mercado de risco: os derivativos.

O mercado de derivativos cresce dia-a-dia no Brasil tanto em volume como em diversidade de contratos, atendendo à demanda dos participantes desse mercado. Na terceira parte, a qual se refere ao sistema e ao mercado financeiro brasileiros, os capítulos 10 a 15, os autores procuraram sintetizar os principais conceitos desse sofisticado mercado de risco, restringindo-se aos mercados futuro e de opções. O livro apresenta um resumo e uma boa bibliografia para leituras complementares no final de cada capítulo.

Ernesto Lozardo
Professor de Economia da FGV-SP

Uma Visão Crítica da Repressão Financeira

Marcos Antonio Macedo Cintra

Campinas, Editora da Unicamp/FAPESP, 1999

Qual a razão de se discutir hoje uma teoria que foi a base de políticas econômicas adotadas por países latino-americanos nos anos 70? *Uma visão crítica da teoria da repressão financeira* mostra que essa discussão ainda é central para entender as relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o papel das políticas recomendadas pelos organismos multilaterais e mesmo a dinâmica que comanda a acumulação de capital no mercado financeiro internacional. Originada a partir da dissertação de mestrado de Marcos Antonio Macedo Cintra, defendida no Instituto de Economia da Unicamp, e de pesquisa efetuada pelo autor dentro do Programa de Formação de Quadros Profissionais do Cebrap, a obra analisa os pressupostos teóricos daquilo que foi a base das políticas de liberalização adotadas por Argentina, Chile e Uruguai nos anos 70. Partindo de um quadro mais geral que inclui liberalização comercial e restrição fiscal como meios de promover a estabilização econômica e o desenvolvimento, o autor enfatiza a parte financeira das reformas liberalizantes, defendida pela teoria da repressão financeira.

Elaborada por Ronald McKinnon e Edward Shaw no início dos anos 70, a teoria da repressão financeira diagnosticou o subdesenvolvimento como sendo basicamente um produto de dois fatores: a escassez de poupança e as distorções impostas por políticas governamentais que tendiam a alocar a maior parte dos poucos recursos financeiros existentes em projetos de investimento carentes de justificativa econômica. Com base nesse diagnóstico, a terapia proposta era o dismantelamento dos instrumentos de política financeira — limites de taxas de juros, aplicações compulsórias em determinados setores e outros mecanismos de concessão de crédito seletivo —, para fazer com que emergissem taxas de juros realistas, permitindo uma seleção, via forças de mercado, de projetos de investimentos suficientemente rentáveis para suportar o efetivo custo do capital, dadas às condições de escassez de poupança. Adicionalmente, como parte das economias atrasadas tendia a apresentar inflação crônica, as altas taxa de juros emergentes após a liberalização seriam desejáveis no sentido de persuadir os poupadores a manter suas poupanças sob a forma de aplicações financeiras, resultando em diminuição do consumo e maior disponibilidade de recursos para o investimento.

Seguir-se-ia um processo de “aprofundamento financeiro”, correspondente ao aumento do estoque de ativos financeiros em relação ao produto, indicando a maior disponibilidade de recursos para o financiamento do investimento.

O interessante é que o autor aproveita a formulação de que parte a teoria da repressão financeira para introduzir algumas discussões centrais dentro da teoria econômica. A primeira se refere a um determinado significado que se atribui ao termo “poupança”, o qual, aliás, aparece implícito na maior parte das terapias ortodoxas de estabilização defendidas ainda hoje. O autor esclarece que a identidade macroeconômica entre poupança e investimento não expressa, absolutamente, que aquela é condição da existência deste, ou seja, que a poupança macroeconômica *financia* o investimento. Expressa, simplesmente, o fato de que a decisão de investir gera um determinado tipo de gasto que, contabilmente, corresponde à parcela da renda que não é despendida em consumo. Trata-se de uma grandeza contábil, residual, em nada relevante do ponto de vista da determinação do investimento. Desfazendo uma confusão muito habitual, o autor mostra que o investimento depende, sim, da existência de *crédito*, que corresponde à aceitação, por parte de algum agente econômico que controla ou detém liquidez, de confiá-lo ao investidor produtivo para que ele o imobilize em algum projeto de investimento.

Em seguida, com base nos conceitos keynesianos de *finance* e *funding*, o autor mostra que o crédito tem duas dimensões básicas. A primeira se refere à relativa autonomia dos bancos na criação de moeda, com base no manejo das reservas bancárias sob forma fracionária. Essa é a origem primordial do fundo *finance*, que apesar de constituir uma fonte fundamental de crédito, tende a disponibilizar recursos em prazos muitas vezes incompatíveis com o período de maturação do investimento. Daí a importância de que o sistema financeiro desenvolva mecanismos de consolidação financeira do investimento, ou *funding*, em que instituições financeiras não bancárias intermediam a compra de ações e títulos de dívida emitidos por empresas pelos poupadores a partir de sua massa de riqueza acumulada, ou *poupança financeira*. Essa massa de riqueza constitui um estoque e não deve ser confundida com o fluxo contábil correspondente à

poupança macroeconômica. Aquela pode apoiar o alongamento das dívidas das empresas de forma mais compatível com o fluxo esperado de retorno dos investimentos realizados, mas não constitui teoricamente uma pré-condição do financiamento do investimento, como de resto exemplificam os processos de desenvolvimento de alguns países asiáticos, fortemente apoiados no sistema bancário.

A partir daí, o livro avança no esclarecimento do papel do crédito bancário e da poupança financeira na dinâmica recente dos mercados financeiros internacionais. Aqui, o autor destaca basicamente dois movimentos. Em primeiro lugar, os diferentes tipos de instituições financeiras passaram cada vez mais a invadir os campos de atuação que até então lhes eram alheios. Mesmo empresas produtivas passaram a atuar no mercado, emitindo títulos de dívida e gerenciando diretamente suas aplicações financeiras. Em segundo lugar, os próprios instrumentos financeiros vêm se modificando substancialmente, com perda de importância dos depósitos à vista e a proliferação das chamadas “quase-moedas”, ou seja, ativos monetários remunerados com elevada liquidez. Isso resultou numa mudança na forma de as instituições financeiras administrarem suas estruturas ativas e passivas. A maior necessidade de garantir liquidez exige que os recursos correspondentes também sejam mantidos sob forma mais líquida, o que significa comprar títulos que tenham mercados secundários bem organizados que permitem a qualquer tempo a liquidação dos papéis para fazer face aos eventuais saques.

Para o autor, essa evolução dos padrões de atuação nos mercados financeiros, em grande medida produto das políticas de desregulamentação e liberalização financeira adotadas por parcela significativa dos países desenvolvidos, vem obscurecendo a distinção entre moeda e poupança financeira enquanto fontes de financiamento. Se é verdade que a poupança financeira, ou renda pretérita acumulada, adquiriu enorme importância como fonte de crédito no período recente, também se observa que o sistema não conta com autonomia suficiente para prescindir do Estado como empregador de última instância e, no limite, financiador de posições através da emissão de moeda primária.

O livro retoma, então, as questões colocadas inicialmente pela teoria da repressão financeira, visando mostrar que o movimento de liberalização financeira dos anos 80 e 90 gerou, de fato, algo como um “aprofundamento financeiro”, aumentando a capacidade de alavancagem e de extensão de crédito, em escala mundial. A liberalização financeira continua, portanto, na pauta dos países

em desenvolvimento, uma vez que a integração ao sistema financeiro internacional acena com a possibilidade de superar os obstáculos referentes ao financiamento do investimento. Contudo, a questão crucial é que, embora a existência de um sistema financeiro desenvolvido seja condição fundamental da existência de crédito de longo prazo, este não deriva automaticamente daquele, requerendo primordialmente condições macroeconômicas relativamente estáveis e expectativas de realização de lucros. Isso significa que, ao contrário do que defendeu a teoria da repressão financeira e também do que é sustentado atualmente por grande parte do mundo acadêmico, o desenvolvimento dos países de industrialização tardia continua dependendo de algo que a liberalização financeira, por si só, não pode trazer. Mais do que isso, por forçar uma convergência a padrões de atuação vigentes na esfera internacional, a liberalização financeira, levada ao limite, acaba impondo a eliminação dos instrumentos de políticas de coordenação dos investimentos, uma vez que a função destes é justamente direcionar o comportamento do mercado. A conclusão é que, distanciada de uma estratégia de desenvolvimento, a abertura financeira tende a produzir ciclos curtos de endividamento que acabam por aumentar significativamente a vulnerabilidade da economia.

O mérito do livro, portanto, é procurar re-colocar a questão do desenvolvimento no debate da liberalização financeira, mostrando a fragilidade do embasamento teórico das políticas que estão na origem daquilo que se convencionou chamar “Consenso de Washington”. É certo que, desde os anos 70, a bandeira da liberalização financeira mudou de tom, ganhou contribuições, sofreu adaptações, especialmente a chamada “literatura sequencial”, em que se enfatiza a ordem das várias medidas que compõem as reformas liberalizantes. Ela continua, no entanto, a ser amplamente defendida como terapia para países de industrialização tardia, ainda que não haja evidência histórica de sua contribuição para a superação do subdesenvolvimento. O desafio do mundo subdesenvolvido, portanto, não se refere a como empreender a liberalização financeira no momento e na seqüência corretos, mas como criar um conjunto articulado de oportunidades de investimento e contar com recursos financeiros em quantidade e prazo compatíveis com sua realização.

Maria Luíza Levi

Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp e Doutoranda em Ciência Política na Bosforo University, Istambul